

# País pedirá 3,6 bilhões ao Japão *Para exportador, pior já passou*

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, deve ir este ano ao Japão como parte da estratégia do governo para obter US\$ 3,6 bilhões dos US\$ 20 bilhões que o governo japonês colocará à disposição de países em desenvolvimento. A viagem, que será sugerida ao ministro por sua assessoria técnica, só deverá ocorrer após o fechamento de acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) ou Clube de Paris, condição exigida pelos japoneses para analisar os projetos que o governo brasileiro entregou à embaixada do Japão, em Brasília, no final do mês passado, informou Ricardo Santiago, secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

Antes que seja feita alguma definição exata sobre datas e conveniência da viagem, uma missão brasileira liderada por Ricardo Santiago deve

ir ao Japão, a partir do final de fevereiro, para explicar os projetos. Os recursos japoneses podem ser repassados por duas entidades: o Eximbank e OECF (Overseas Economic Corporation Funds). As condições da primeira entidade, juros de 5,25 a 5,75% ao ano, prazo de até 20 anos e carência de seis meses, são menos favoráveis que as da segunda — juros de 4,25 a 4,75% com carência de até dez anos.

Dos 20 projetos apresentados pelas autoridades brasileiras, que serão analisados pelo governo japonês, três são de reconfirmação de recursos — Eletrobrás (co-financiamento com o Banco Mundial), BNDES e Banco do Brasil somente para importações daquele país. Os seis seguintes são projetos já submetidos aos agentes financeiros, que totalizam US\$ 1,522 bilhão, sendo que o principal deles, no valor de US\$ 600 milhões destina-se à reforma de tarifas aduaneiras.

Entre os novos projetos da área do governo federal, seis deles, que foram analisados pelo Ipea, da Secretaria de Planejamento, totalizam US\$ 702 milhões. Envolvem os ministérios da Irrigação, dos Transportes, das Comunicações, da Saúde e da Agricultura, além da Companhia Siderúrgica de Tubarão, cujo valor total de US\$ 1,474 bilhão só será financiado no prazo de quatro anos. O montante destinado à siderúrgica, proveniente do Japão, limita-se a US\$ 69 milhões.

Dos cinco projetos de governos estaduais, os dois de São Paulo (ampliação da calha do rio Tietê e abastecimento de água de São Paulo), no valor de US\$ 312 milhões, serão co-financiados pelo Banco Mundial (Bird). Os outros três são dos Estados de Minas Gerais — desenvolvimento do rio São Francisco —, da Bahia — desenvolvimento do Oeste baiano — e de Goiás — Centrais Elétricas de Goiás.